



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LEYDILANE COSTA LIMA CAMPOS
SORAIA DINIZ DE SALES PINTO**

**A FALTA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA TRABALHAR COM
ALUNOS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

BOA VISTA - RR

2026

**LEYDILANE COSTA LIMA CAMPOS
SORAIA DINIZ DE SALES PINTO**

**A FALTA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA TRABALHAR COM
ALUNOS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.

Orientadora: Professora Dra. Leila Marcia Ghedin

**BOA VISTA - RR
2026**

A FALTA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA TRABALHAR COM ALUNOS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Leydilane Costa Lima Campos¹
Soraia Diniz de Sales Pinto²
Leila Marcia Ghedin³

Declaro que sou autor(a)¹ deste Trabalho de Conclusão de Curso. Declaro também que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daqueles cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, declaro, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. (Consulte a 3ª Cláusula, § 4º, do Contrato de Prestação de Serviços).

RESUMO

A educação inclusiva representa um importante avanço na garantia do direito à educação para todas as crianças, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas. Apesar dos avanços proporcionados pela legislação brasileira e pelas políticas públicas voltadas à inclusão escolar, sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à formação dos profissionais da educação, à disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos e à oferta de serviços especializados de apoio. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios decorrentes da insuficiência de profissionais capacitados para atuar na Educação Infantil inclusiva, bem como discutir perspectivas para o fortalecimento das práticas pedagógicas e da inclusão escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações sobre educação inclusiva, formação docente e políticas públicas educacionais. A seleção das obras considerou autores de referência na área e estudos relacionados à temática, buscando compreender os fatores que influenciam a implementação da inclusão na Educação Infantil. A revisão da literatura evidenciou que, embora o Brasil disponha de um sólido arcabouço legal, persistem desafios relacionados à formação inicial e continuada dos profissionais da educação, à ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), à atuação de equipes multiprofissionais, à oferta de recursos de acessibilidade e à implementação efetiva das políticas públicas. Assim, este estudo indica que a construção de uma educação inclusiva de qualidade exige investimentos permanentes na qualificação profissional, no fortalecimento das redes de apoio e na consolidação de práticas pedagógicas que assegurem a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Educação Infantil. Formação Docente. Atendimento Educacional Especializado. Políticas Públicas.

¹ Estudante de Licenciatura em Pedagogia-IFRR. E-mail: leydilane.campos@academico.ifrr.edu.br

² Estudante de Licenciatura em Pedagogia-IFRR. E-mail: soraia.sales@academico.ifrr.edu.br

³ Doutora em Educação em Ciências e Matemática - UFMT. Licenciada em Pedagogia – UFRR. Licenciada em Matemática – UNIFAVENI. Mestra em Planejamento Integral do Turismo - LUZ VE. Mestra em Ensino de Ciências na Amazônia - UEA. Professora e Pesquisadora do IFRR – e-mail: profa.leila.ghedin@gmail.com.

RESUMEN

La educación inclusiva representa un avance significativo para garantizar el derecho a la educación de todos los niños, independientemente de sus características, condiciones o necesidades específicas. A pesar del progreso alcanzado por la legislación y las políticas públicas brasileñas en materia de inclusión escolar, su implementación efectiva aún enfrenta desafíos relacionados con la formación de profesionales de la educación, la disponibilidad de recursos pedagógicos y tecnológicos, y la provisión de servicios de apoyo especializados. Este estudio tiene como objetivo analizar los desafíos derivados de la escasez de profesionales calificados para trabajar en la educación infantil inclusiva, así como discutir perspectivas para fortalecer las prácticas pedagógicas y la inclusión escolar. Se trata de una investigación bibliográfica, con un enfoque cualitativo, desarrollada a partir del análisis de libros, artículos científicos, documentos oficiales y legislación sobre educación inclusiva, formación docente y políticas públicas educativas. La selección de obras consideró autores que son referentes en el campo y estudios relacionados con el tema, buscando comprender los factores que influyen en la implementación de la inclusión en la educación infantil. Una revisión bibliográfica reveló que, si bien Brasil cuenta con un marco legal sólido, persisten desafíos relacionados con la formación inicial y continua del personal docente, la expansión de los Servicios Educativos Especializados (SEE), el trabajo de equipos multidisciplinares, la provisión de recursos de accesibilidad y la implementación efectiva de las políticas públicas. Se concluye que la construcción de una educación inclusiva de calidad requiere inversiones constantes en desarrollo profesional, el fortalecimiento de las redes de apoyo y la consolidación de prácticas pedagógicas que garanticen el aprendizaje, la participación y el desarrollo integral de todo el alumnado.

PALABRAS CLAVE: Educación Inclusiva. Educación Infantil. Formación Docente. Servicios Educativos Especializados. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa um importante avanço na garantia do direito à educação para todas as crianças, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação para todos, a efetivação da inclusão ainda encontra obstáculos relacionados à insuficiência de profissionais capacitados para atender às necessidades específicas dos alunos público-alvo.

Em muitas instituições de ensino, observa-se que professores, profissionais de apoio e equipes gestoras ainda encontram dificuldades para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, em razão da limitada formação específica, da escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos e da ausência de equipes multidisciplinares. Diante dessa realidade, este estudo teve como objetivo analisar os desafios decorrentes da falta de profissionais capacitados para atuar na Educação Infantil

inclusiva, bem como discutir perspectivas que possam contribuir para o fortalecimento das práticas pedagógicas e para a efetivação da inclusão escolar.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio da análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações relacionadas à temática. A seleção das obras considerou autores reconhecidos na área da educação inclusiva, da formação docente e das políticas públicas educacionais, bem como documentos normativos que fundamentam a organização da educação brasileira. Foram priorizados estudos que discutem os desafios contemporâneos da inclusão escolar e da formação de professores, buscando compreender como esses aspectos influenciam a qualidade do atendimento educacional na Educação Infantil.

A revisão da literatura permitiu identificar que, embora o Brasil possua um consistente conjunto de dispositivos legais voltados à promoção da inclusão escolar, permanecem desafios relacionados à formação inicial e continuada dos profissionais da educação, à ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), à oferta de recursos de acessibilidade e ao fortalecimento das políticas públicas destinadas à construção de escolas verdadeiramente inclusivas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Inclusiva na Educação Infantil

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes têm direito a uma educação de qualidade, em ambientes escolares que respeitem a diversidade e promovam a participação de todos no processo de ensino e aprendizagem. Mais do que assegurar o acesso à escola, a inclusão pressupõe a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes, eliminando barreiras que possam limitar sua participação no contexto educacional. Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, a inclusão assume importância ainda maior, pois é nesse período que a criança desenvolve competências cognitivas, motoras, afetivas e sociais essenciais para sua formação. A convivência em ambientes

inclusivos desde os primeiros anos favorece o respeito às diferenças, fortalece as relações interpessoais e contribui para a construção de uma cultura escolar pautada na equidade e na valorização da diversidade.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) representou um marco internacional ao defender que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou culturais, devem aprender juntas sempre que possível. Esse documento influenciou significativamente as políticas educacionais brasileiras, fortalecendo o compromisso com uma educação voltada para a inclusão e para a garantia dos direitos educacionais. No Brasil, esse compromisso foi consolidado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Esse conjunto de dispositivos legais estabelece que os estudantes público-alvo da Educação Especial devem ter acesso ao ensino regular com os apoios necessários para garantir sua aprendizagem, participação e desenvolvimento. Entretanto, a existência de uma legislação abrangente não assegura, por si só, a efetivação da educação inclusiva. Na realidade de muitas escolas brasileiras, ainda são observadas dificuldades relacionadas à formação dos profissionais, à insuficiência de recursos pedagógicos, à limitação dos serviços especializados e à necessidade de maior articulação entre escola, família e poder público. Esses fatores evidenciam que a inclusão exige não apenas respaldo legal, mas investimentos contínuos em formação docente, infraestrutura e acompanhamento pedagógico.

Nesse contexto, a Educação Infantil desempenha papel estratégico na construção de práticas educacionais inclusivas, pois possibilita que as diferenças sejam reconhecidas como parte da convivência humana desde os primeiros anos de vida. Assim, promover uma educação inclusiva nessa etapa significa garantir oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, respeitando suas singularidades e contribuindo para seu desenvolvimento integral.

2.2 A Formação dos Profissionais para a Inclusão Escolar

A formação dos profissionais da educação constitui um dos principais fatores para a efetivação da educação inclusiva, uma vez que a qualidade das práticas pedagógicas está diretamente relacionada aos conhecimentos, às competências e às atitudes desenvolvidas pelos educadores ao longo de sua trajetória profissional. Professores, auxiliares, monitores, profissionais de apoio e gestores escolares desempenham papéis complementares na construção de um ambiente educacional que respeite a diversidade e promova a participação de todos os estudantes. Para isso, é indispensável que esses profissionais estejam preparados para compreender as diferentes formas de aprendizagem, identificar as necessidades dos estudantes e desenvolver estratégias pedagógicas que favoreçam sua participação e desenvolvimento.

Entretanto, a realidade de muitas instituições de ensino demonstra que a formação inicial ainda apresenta limitações quanto às temáticas relacionadas à educação inclusiva. Em diversos cursos de licenciatura, os conteúdos referentes à Educação Especial, às adaptações curriculares, ao Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), às tecnologias assistivas e às práticas pedagógicas inclusivas são abordados de forma insuficiente. Como consequência, muitos profissionais ingressam na carreira docente inseguros para atender às demandas dos estudantes público-alvo da Educação Especial, encontrando dificuldades para planejar atividades diversificadas, utilizar recursos de acessibilidade e realizar avaliações compatíveis com as necessidades de cada estudante.

Segundo Freire (1996), a formação docente deve ser compreendida como um processo permanente de construção e reconstrução de saberes, fundamentado na reflexão crítica sobre a prática educativa. Para o autor, ensinar exige pesquisa, diálogo, compromisso ético e disposição para aprender continuamente. Essa perspectiva reforça que o professor não deve limitar-se aos conhecimentos adquiridos durante a graduação, mas buscar atualização constante para responder às transformações da escola e às demandas de uma educação cada vez mais diversa e inclusiva.

Nessa perspectiva, Glat e Pletsch (2011) afirmam que a formação continuada constitui um elemento indispensável para o fortalecimento das práticas inclusivas, pois possibilita ao professor revisar suas metodologias, compartilhar experiências e desenvolver competências para enfrentar os desafios presentes no cotidiano escolar. Dessa maneira, a formação permanente contribui para que os profissionais ampliem sua capacidade de planejar estratégias pedagógicas mais flexíveis, utilizar recursos acessíveis e promover a participação efetiva de todos os estudantes.

Outro aspecto relevante se refere à atuação integrada entre os profissionais da educação e as equipes multiprofissionais, compostas por psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos e assistentes sociais. Embora esses profissionais não substituam a ação pedagógica do professor, seu trabalho complementa o processo educativo ao oferecer orientações que favorecem a compreensão das necessidades dos estudantes e o planejamento de intervenções mais adequadas. Essa atuação colaborativa fortalece a inclusão escolar, amplia as possibilidades de aprendizagem e contribui para o desenvolvimento integral das crianças.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), os sistemas de ensino devem assegurar formação docente, recursos pedagógicos, acessibilidade e serviços de apoio que garantam o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Contudo, observa-se que muitas redes de ensino ainda enfrentam dificuldades para concretizar essas diretrizes, seja pela insuficiência de investimentos, seja pela limitada oferta de programas permanentes de formação continuada.

Essa realidade evidencia que a consolidação da educação inclusiva depende não apenas da existência de dispositivos legais, mas de ações efetivas que assegurem condições adequadas de trabalho, valorização profissional e desenvolvimento contínuo dos educadores. Assim, investir na formação inicial e continuada dos profissionais da educação significa fortalecer a qualidade das práticas pedagógicas e ampliar as possibilidades de construção de escolas verdadeiramente inclusivas. Mais do que transmitir conhecimentos, formar professores para a inclusão implica prepará-los para reconhecer a diversidade como uma característica inerente ao ambiente escolar e

desenvolver práticas que garantam a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

2.3 Principais Desafios da Falta de Profissionais Capacitados

A insuficiência de profissionais capacitados constitui um dos principais obstáculos para a efetivação da educação inclusiva na Educação Infantil. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação em ambientes inclusivos, a realidade de muitas instituições de ensino demonstra que a falta de formação específica compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula. Como consequência, muitos professores sentem-se inseguros diante das demandas educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial, especialmente no que se refere ao planejamento de atividades acessíveis, à adaptação curricular, à avaliação da aprendizagem e à utilização de recursos pedagógicos inclusivos.

Outro desafio refere-se à ausência ou à insuficiência de equipes multiprofissionais nas escolas. A atuação integrada de psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e profissionais de apoio contribui para a compreensão das necessidades dos estudantes e para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam sua aprendizagem e participação. Quando esse suporte não está disponível, o professor assume, muitas vezes, responsabilidades que extrapolam sua formação pedagógica, tornando o processo de inclusão mais complexo.

Segundo Carvalho (2018), a inclusão escolar exige não apenas recursos materiais, mas recursos humanos qualificados, capazes de construir ambientes de aprendizagem acessíveis e acolhedores. Essa afirmação evidencia que a qualidade da inclusão está diretamente relacionada à preparação dos profissionais, uma vez que recursos pedagógicos e tecnologias assistivas somente produzem resultados quando utilizados de forma planejada e articulada às necessidades de cada estudante. Nessa mesma direção, Santos et al. (2024) destacam que a efetivação da educação inclusiva

ainda enfrenta desafios relacionados à formação dos profissionais, à escassez de recursos pedagógicos e às dificuldades na implementação de práticas inclusivas, demonstrando que muitos dos entraves identificados em estudos anteriores permanecem presentes na realidade das escolas brasileiras.

Em muitas escolas, o mesmo docente atende turmas numerosas e heterogêneas, acumulando funções administrativas, pedagógicas e avaliativas, sem dispor do tempo necessário para planejar estratégias diferenciadas ou acompanhar individualmente os estudantes que demandam maior apoio. Essa realidade evidencia que a inclusão escolar exige não apenas o compromisso dos profissionais, mas melhores condições de trabalho e investimentos permanentes por parte dos sistemas de ensino. De acordo com Mantoan (2015), a construção de uma escola inclusiva requer mudanças que ultrapassam a atuação individual do professor, envolvendo a reorganização das práticas pedagógicas, da gestão escolar e das políticas educacionais.

Essa perspectiva permanece atual, uma vez que Victor e Pletsch (2023) destacam que a consolidação da educação inclusiva depende da implementação de políticas públicas efetivas, da formação continuada dos profissionais da educação, da atuação colaborativa entre os diferentes atores escolares e da garantia de condições institucionais que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Dessa forma, a inclusão escolar exige um compromisso coletivo, no qual professores, gestores, famílias e poder público compartilham responsabilidades na construção de uma escola mais acessível, equitativa e inclusiva.

2.4 O Papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um dos principais serviços de apoio à educação inclusiva, tendo como finalidade complementar e suplementar o processo de escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Seu objetivo é identificar e eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação dos estudantes, promovendo recursos pedagógicos, estratégias de

acessibilidade e orientações que favoreçam seu desenvolvimento no ensino regular. É importante destacar que o AEE não substitui a escolarização na classe comum, mas atua de forma articulada com o trabalho desenvolvido pelo professor regente.

Enquanto a sala de aula comum é responsável pelo desenvolvimento do currículo escolar, o AEE oferece suporte especializado para que os estudantes tenham melhores condições de acesso ao conhecimento, respeitando suas características, potencialidades e necessidades específicas. Entre as principais atribuições do AEE destacam-se a identificação das necessidades educacionais dos estudantes, a produção e adaptação de recursos pedagógicos e de acessibilidade, a orientação aos professores e às famílias quanto às estratégias de inclusão, a utilização de tecnologias assistivas e o desenvolvimento da autonomia, da comunicação e da participação dos estudantes nas atividades escolares e sociais. Essas ações contribuem para reduzir as barreiras à aprendizagem e ampliar as oportunidades de participação no ambiente escolar.

Entretanto, a efetividade do Atendimento Educacional Especializado depende de sua articulação com os demais profissionais da escola. Quando há planejamento colaborativo entre professores regentes, profissionais do AEE, equipe gestora e famílias, torna-se possível desenvolver estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades dos estudantes, favorecendo uma aprendizagem mais significativa. Por outro lado, em muitas escolas brasileiras, a ausência de profissionais especializados, a sobrecarga de trabalho e a limitação de recursos comprometem a qualidade desse atendimento, dificultando a concretização dos princípios da educação inclusiva. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), os sistemas de ensino devem garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado, assegurando recursos de acessibilidade e profissionais qualificados para atender às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Contudo, para que esse direito seja efetivamente garantido, é necessário ampliar os investimentos na formação dos profissionais, na estrutura física das escolas e na organização de redes de apoio que fortaleçam o trabalho colaborativo entre todos os envolvidos no processo educativo. Assim, o Atendimento Educacional Especializado

representa um importante instrumento para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

2.5 Políticas Públicas e Legislação Brasileira

A construção da educação inclusiva no Brasil é resultado de um conjunto de políticas públicas e dispositivos legais que asseguram o direito de todas as pessoas à educação, sem discriminação e com igualdade de oportunidades. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) determina que os sistemas de ensino garantam o Atendimento Educacional Especializado aos estudantes público-alvo da Educação Especial, preferencialmente na rede regular de ensino.

Esse compromisso foi fortalecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que consolidou a educação inclusiva como princípio orientador das políticas educacionais, reafirmando a necessidade de garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes nas classes comuns do ensino regular. Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) ampliou a proteção dos direitos das pessoas com deficiência ao estabelecer que as instituições de ensino devem assegurar acessibilidade, adaptações razoáveis e condições adequadas para a plena participação dos estudantes no processo educativo.

Observa-se, portanto, que o ordenamento jurídico brasileiro oferece bases sólidas para a promoção da educação inclusiva. Entretanto, a existência de uma legislação abrangente não garante, por si só, sua efetiva implementação. Em muitas redes de ensino, persistem desafios relacionados à insuficiência de recursos financeiros, à falta de formação continuada dos profissionais, à escassez de equipes multiprofissionais, às dificuldades de acessibilidade e à limitação de recursos pedagógicos e tecnológicos. Essa realidade evidencia um distanciamento entre os

direitos assegurados pela legislação e as condições efetivamente oferecidas pelas instituições de ensino.

Nesse contexto, as políticas públicas precisam ultrapassar o campo normativo e traduzir-se em ações concretas que fortaleçam a formação dos profissionais da educação, ampliem a oferta do Atendimento Educacional Especializado, garantam recursos de acessibilidade e promovam melhores condições de trabalho nas escolas. A implementação de políticas integradas e permanentes é fundamental para que a inclusão deixe de ser apenas uma previsão legal e se consolide como uma prática cotidiana, assegurando o direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento integral de todos os estudantes. Nos últimos anos, o debate sobre a educação inclusiva tem sido fortalecido por novas iniciativas governamentais voltadas à ampliação do Atendimento Educacional Especializado, da formação docente e da organização de redes de apoio à inclusão, reafirmando que a efetivação desse direito depende da articulação entre legislação, financiamento, gestão educacional e qualificação dos profissionais.

2.6 O Papel da Família no Processo de Inclusão

A participação da família constitui um dos pilares para o sucesso da educação inclusiva, pois a parceria entre escola e família favorece o desenvolvimento integral da criança e fortalece o processo de ensino e aprendizagem. A família é o primeiro espaço de convivência e socialização, sendo responsável pela construção dos primeiros vínculos afetivos, pela transmissão de valores e pelo incentivo ao desenvolvimento das potencialidades da criança. Quando essa atuação é articulada com o trabalho desenvolvido pela escola, ampliam-se as possibilidades de uma educação mais acolhedora, participativa e inclusiva.

Segundo Dessen e Polonia (2007), o envolvimento familiar influencia positivamente o desempenho acadêmico e social dos estudantes, demonstrando que a participação da família vai além do acompanhamento das atividades escolares, constituindo um importante fator para o fortalecimento da aprendizagem, da autonomia

e das relações interpessoais. Essa compreensão evidencia que a inclusão escolar depende de uma atuação compartilhada, em que escola e família estabelecem diálogo permanente para identificar necessidades, acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e construir estratégias que favoreçam sua participação no ambiente escolar.

Entretanto, a realidade de muitas instituições de ensino demonstra que essa parceria ainda enfrenta desafios. Algumas famílias encontram dificuldades para participar da vida escolar em razão da falta de informação sobre os direitos dos estudantes público-alvo da Educação Especial, das barreiras sociais e econômicas, da indisponibilidade de tempo ou, ainda, do receio de situações de preconceito e exclusão. Por outro lado, algumas escolas ainda apresentam limitações na criação de espaços de acolhimento, escuta e participação efetiva das famílias, o que pode comprometer o fortalecimento dessa relação.

Nesse contexto, cabe à escola promover ações que incentivem o diálogo, a participação e o compartilhamento de responsabilidades com as famílias, por meio de reuniões, projetos, orientações e atividades que favoreçam a construção de vínculos de confiança. A aproximação entre escola e família possibilita maior compreensão das necessidades dos estudantes e contribui para o planejamento de práticas pedagógicas mais adequadas às suas potencialidades e especificidades.

Assim, a construção de uma educação inclusiva depende da atuação integrada entre professores, gestores, profissionais especializados, famílias e poder público. Quando essa parceria é fortalecida, ampliam-se as oportunidades de aprendizagem, participação e desenvolvimento dos estudantes, tornando a inclusão escolar um processo efetivo, fundamentado no respeito à diversidade e na garantia do direito à educação de qualidade para todos.

2.7 Tecnologias Assistivas e Recursos Pedagógicos Inclusivos

As tecnologias assistivas desempenham papel fundamental na promoção da educação inclusiva, pois possibilitam maior autonomia, comunicação, acessibilidade e participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial no processo de ensino

e aprendizagem. De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), as tecnologias assistivas compreendem produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços destinados a reduzir barreiras e favorecer a funcionalidade das pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão nos diferentes contextos sociais e educacionais.

No ambiente escolar, diversos recursos podem ser utilizados para atender às necessidades específicas dos estudantes, entre eles softwares educativos acessíveis, comunicadores alternativos, livros em braille, materiais táteis, jogos pedagógicos adaptados, pranchas de comunicação, tablets com aplicativos específicos e recursos de ampliação visual. Quando selecionados de acordo com as características e potencialidades de cada estudante, esses recursos favorecem a participação nas atividades escolares, ampliam as possibilidades de aprendizagem e promovem maior independência no cotidiano escolar.

Na Educação Infantil, as tecnologias assistivas e os recursos pedagógicos adaptados assumem papel ainda mais relevante, pois as experiências lúdicas constituem a base do desenvolvimento infantil. Brinquedos acessíveis, jogos adaptados, materiais sensoriais e recursos de comunicação alternativa favorecem o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras, sociais e comunicativas, permitindo que todas as crianças participem das atividades propostas e interajam com seus colegas de forma mais significativa.

Entretanto, a utilização desses recursos depende da preparação dos profissionais da educação. A simples disponibilidade de tecnologias assistivas não garante sua efetividade se os professores não conhecerem suas possibilidades pedagógicas ou não souberem integrá-las ao planejamento das atividades. Na realidade de muitas escolas brasileiras, observa-se que a insuficiência de formação específica e a limitação de recursos financeiros ainda dificultam a utilização dessas tecnologias, restringindo seu potencial para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Nesse contexto, torna-se fundamental investir na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, possibilitando que desenvolvam competências para selecionar, adaptar e utilizar tecnologias assistivas de forma planejada e articulada às

necessidades dos estudantes. Além disso, é indispensável que os sistemas de ensino ampliem os investimentos em infraestrutura, acessibilidade e aquisição de recursos pedagógicos, garantindo que as tecnologias assistivas estejam efetivamente disponíveis e integradas às práticas pedagógicas.

Assim, as tecnologias assistivas não devem ser compreendidas apenas como instrumentos de apoio, mas como importantes recursos pedagógicos capazes de ampliar as oportunidades de aprendizagem, fortalecer a autonomia dos estudantes e favorecer sua participação plena no ambiente escolar. Quando associadas à formação docente, ao planejamento pedagógico e às políticas públicas de inclusão, contribuem significativamente para a construção de uma educação mais acessível, equitativa e comprometida com a valorização da diversidade.

2.8 Perspectivas para a Melhoria da Inclusão Escolar

A consolidação da educação inclusiva exige um conjunto de ações articuladas entre poder público, instituições de ensino, profissionais da educação, famílias e sociedade. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação para todos, a efetivação desse direito depende da implementação de políticas públicas que garantam condições adequadas de ensino, recursos de acessibilidade e valorização dos profissionais que atuam diretamente com os estudantes. Entre as principais perspectivas para o fortalecimento da inclusão escolar destaca-se o investimento na formação inicial e continuada dos profissionais da educação. A qualificação permanente possibilita aos professores e demais profissionais ampliar seus conhecimentos sobre práticas pedagógicas inclusivas, adaptações curriculares, tecnologias assistivas e estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Além disso, a formação continuada contribui para o desenvolvimento de uma postura reflexiva e colaborativa, favorecendo a construção de ambientes educacionais mais acolhedores e inclusivos.

Outra medida fundamental refere-se ao fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE),

equipes multiprofissionais, gestores e famílias. A atuação integrada desses sujeitos favorece a identificação das necessidades dos estudantes, o planejamento de intervenções pedagógicas mais eficazes e o acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem, contribuindo para uma inclusão mais efetiva. faz-se necessário ampliar os investimentos em infraestrutura, acessibilidade física e pedagógica, tecnologias assistivas e recursos didáticos adaptados. A disponibilização desses recursos amplia as possibilidades de participação dos estudantes nas atividades escolares, mas sua efetividade depende de profissionais preparados para utilizá-los de forma planejada e articulada ao currículo.

Além disso, é indispensável que as políticas públicas avancem da garantia legal para a implementação de ações concretas nas escolas. Isso envolve ampliar programas de formação docente, fortalecer o Atendimento Educacional Especializado, assegurar equipes multiprofissionais e promover mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação das políticas de inclusão. Somente com investimentos contínuos e gestão comprometida será possível reduzir as desigualdades educacionais e garantir o direito de todos os estudantes à aprendizagem.

Dessa forma, as perspectivas para a melhoria da inclusão escolar ultrapassam a simples ampliação do acesso à escola. Elas envolvem a construção de uma cultura institucional baseada no respeito à diversidade, na valorização das potencialidades de cada estudante e no compromisso coletivo com uma educação de qualidade. Nesse contexto, investir na formação dos profissionais, fortalecer as políticas públicas e ampliar as redes de apoio representam caminhos essenciais para que a inclusão escolar se concretize de forma efetiva e permanente.

2.9 Desafios Futuros Da Educação Inclusiva

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, a educação inclusiva ainda enfrenta desafios que exigem o fortalecimento das políticas públicas e o compromisso permanente dos sistemas de ensino. Garantir o acesso dos estudantes à escola representa apenas o primeiro passo; é necessário assegurar condições que

favoreçam sua permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento integral, respeitando suas características e potencialidades. Entre os principais desafios futuros destaca-se a ampliação da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. As constantes transformações sociais, educacionais e tecnológicas exigem que professores, gestores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e equipes multiprofissionais estejam em permanente processo de atualização, desenvolvendo competências para atender à diversidade presente nas instituições de ensino e promover práticas pedagógicas cada vez mais inclusivas.

Outro desafio consiste na ampliação dos investimentos em acessibilidade, tecnologias assistivas e recursos pedagógicos inclusivos. A construção de ambientes educacionais acessíveis envolve não apenas adaptações arquitetônicas, mas a disponibilização de materiais didáticos, recursos tecnológicos e estratégias pedagógicas que favoreçam a participação efetiva de todos os estudantes nas atividades escolares. Além disso, torna-se indispensável fortalecer a articulação entre escola, família, comunidade e poder público. A inclusão escolar é uma responsabilidade compartilhada e depende da atuação integrada desses diferentes segmentos para identificar necessidades, superar barreiras e construir soluções que promovam uma educação mais equitativa e de qualidade.

Outro aspecto que merece atenção refere-se ao acompanhamento e à avaliação das políticas públicas de inclusão. A existência de um amplo conjunto de dispositivos legais representa um importante avanço, porém sua efetividade depende de mecanismos que garantam sua implementação nas diferentes realidades educacionais. Dessa forma, é fundamental que as políticas de inclusão sejam continuamente avaliadas e aperfeiçoadas, assegurando que os direitos previstos na legislação sejam efetivamente concretizados no cotidiano das escolas.

Por fim, os desafios futuros da educação inclusiva exigem uma mudança de perspectiva em relação ao processo educativo. Mais do que adaptar a escola aos estudantes, é necessário construir ambientes educacionais capazes de reconhecer a diversidade como um valor e de promover oportunidades de aprendizagem para todos. Assim, a consolidação de uma educação inclusiva dependerá da continuidade dos investimentos em formação profissional, inovação pedagógica, acessibilidade, pesquisa

e fortalecimento das políticas públicas, possibilitando que a escola se torne um espaço cada vez mais democrático, participativo e comprometido com a garantia do direito à educação de qualidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva representa uma importante conquista no âmbito das políticas educacionais brasileiras ao reafirmar o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em igualdade de oportunidades. No entanto, a concretização desses princípios ainda enfrenta desafios relacionados à formação dos profissionais da educação, à disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos, à atuação de equipes multiprofissionais e à implementação efetiva das políticas públicas de inclusão.

Este estudo analisou os desafios decorrentes da insuficiência de profissionais capacitados para atuar na Educação Infantil inclusiva, bem como discutir perspectivas para o fortalecimento das práticas pedagógicas e da inclusão escolar. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que a legislação brasileira oferece importantes fundamentos para a promoção da educação inclusiva, porém sua efetivação depende de investimentos permanentes na qualificação dos profissionais, na oferta de recursos de acessibilidade e na organização de redes de apoio que assegurem o atendimento às necessidades dos estudantes.

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciaram que a formação inicial e continuada dos profissionais da educação constitui um dos principais fatores para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. Professores preparados para compreender a diversidade, planejar estratégias diferenciadas, utilizar tecnologias assistivas e atuar de forma colaborativa com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com as equipes multiprofissionais e com as famílias apresentam melhores condições para promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. Outro aspecto evidenciado refere-se à necessidade de fortalecer a articulação entre escola, família e poder público.

A inclusão escolar ultrapassa a responsabilidade individual do professor e exige uma atuação integrada entre todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Dessa forma, políticas públicas, gestão escolar, formação profissional, acessibilidade e participação familiar constituem elementos indissociáveis para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, acolhedores e equitativos.

Os resultados desta pesquisa demonstram que os desafios relacionados à implementação da educação inclusiva permanecem presentes em muitas instituições de ensino, indicando que a existência de um amplo conjunto de dispositivos legais, embora indispensável, não é suficiente para assegurar sua efetivação. Esse cenário reforça a necessidade de ampliar ações que fortaleçam a formação docente, a valorização dos profissionais da educação, a oferta do Atendimento Educacional Especializado e a disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos que favoreçam a participação de todos os estudantes.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre a importância da formação dos profissionais da educação na consolidação da educação inclusiva, incentivando novas pesquisas e o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade e com a garantia do direito à educação de qualidade. Sugere-se que futuras investigações incorporem estudos de campo e pesquisas recentes sobre a implementação das políticas públicas de inclusão, possibilitando uma compreensão ainda mais aprofundada dos desafios e das perspectivas para o fortalecimento da educação inclusiva na Educação Infantil.

4 REFERÊNCIAS

AVANZE, Andréa da Silva; MONTEIRO, Bernard Martins; SANTIN, Solane Cristina Felicetti. Documentos regulamentares e práticas inclusivas na perspectiva de Freire: aproximações e distanciamentos. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 26, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Educação inclusiva: cultura, políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

SANTOS, Franciele Del Vecchio et al. **Práticas pedagógicas inclusivas e os desafios da educação para todos: um estudo teórico**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 8, 2024.

SILVA, Kátia Regina Xavier da; PLETSCHE, Márcia Denise. **Formação de professores e educação inclusiva: desafios e perspectivas na contemporaneidade**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, e31, 2023.

VICTOR, Sonia Lopes; PLETSCHE, Márcia Denise. **Educação inclusiva no Brasil: avanços, desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 29, e0205, 2023.